

Nota Técnica nº 47

24 DE ABRIL DE 2021

A LOA 2021 e o novo cenário fiscal do governo

Felipe Salto
Daniel Couri
Pedro Henrique Souza

SENADO FEDERAL

Presidente do Senado Federal

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE

Diretor-Executivo

Felipe Scudeler Salto

Diretores

Daniel Veloso Couri

Josué Alfredo Pellegrini

Analistas

Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi

Alexandre Augusto Seijas de Andrade

Luiza Muniz Navarro Mesquita

Pedro Henrique Oliveira de Souza

Rafael da Rocha Mendonça Bacciotti

Estagiários

Maria Vitória da Silva

Vinícius Quintanilha Nunes

Layout do relatório

COMAP/SECOM e SEFPRO/SEGRAF

A LOA 2021 e o novo cenário fiscal do governo

Felipe Salto¹, Daniel Couri² e Pedro Henrique Souza³

A primeira parte deste trabalho traz o histórico e o contexto em que se deram os vetos à LOA e o bloqueio de dotações para cumprimento do teto de gastos. A Parte II apresenta os dados finais da LOA sancionada, as projeções do governo contidas nos relatórios de avaliação orçamentária mais recentes e as estimativas fiscais da IFI no cenário base. A comparação permite observar como os vetos promovidos na LOA e o decreto de contingenciamento levaram à readequação dos cenários do governo às regras fiscais vigentes. Na parte III, discutem-se os dados dos vetos e contingenciamentos em detalhe.

I – Histórico e contexto

O Orçamento da União para 2021 (LOA 2021) não foi aprovado dentro da sessão legislativa de 2020. Conforme temos comentado em trabalhos anteriores⁴, a publicação do Orçamento já no decorrer do exercício é regra e não exceção. Nos últimos vinte anos, em apenas dois a LOA foi publicada até dezembro. Na maior parte dos casos, a publicação ocorreu já em janeiro. Em dois exercícios, a publicação se deu em abril: no dia 4, em 2013, e no dia 20, em 2015. O atraso de 2021 só perde para o de 2006, quando o Orçamento foi publicado no dia 16 de maio.

A aprovação do Orçamento, já no decorrer do exercício, mina o planejamento das unidades orçamentárias para o ano, que ficam sujeitas às incertezas do processo legislativo e às regras mais restritivas de execução provisória do projeto de lei (definidas anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO). Em geral, o atraso compromete também a própria tramitação do projeto de lei orçamentária, pois tende a comprimir o prazo que o Congresso tem para apreciar a proposta enviada pelo Executivo.

Esses efeitos do atraso na aprovação do Orçamento têm sido amplamente sentidos em 2021 e, em alguma medida, contribuíram para o imbróglgio envolvendo as emendas parlamentares. Cabe lembrar que ainda há o agravante de 30% das despesas primárias estarem condicionados à autorização do Congresso, por maioria absoluta, em função do desequilíbrio da regra de ouro⁵. O condicionamento de gastos colocou em risco a execução de serviços públicos no início do ano e culminou na aprovação da Lei nº 14.127/2021.

Esse é o contexto em que se deu a apresentação e votação do relatório final do Orçamento para este ano. O relatório foi recebido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) no dia 22 de março. No dia 25 de março, o relator-geral apresentou complementação de voto em que foram acrescidos R\$ 26,5 bilhões em despesas discricionárias marcadas como: emendas de relator-geral (R\$ 26,0 bilhões), de comissão (R\$ 198 milhões) e demais (R\$ 254 milhões). A fonte para os acréscimos foi o cancelamento de despesas obrigatórias, a saber: R\$ 7,4 bilhões do abono salarial; R\$ 2,6 bilhões do seguro desemprego; R\$ 13,5 bilhões dos benefícios previdenciários; e R\$ 2,5 bilhões em subsídios e subvenções.

Ocorre que as dotações dos referidos gastos obrigatórios, após os cancelamentos, ficaram descoladas da realidade para o exercício. O corte de R\$ 10 bilhões no abono salarial e no seguro desemprego, por exemplo, decorreram da alteração no cronograma de pagamento dessas despesas, autorizado pelo CODEFAT, mas ainda pendente de lei ou medida provisória.

Dos

¹ Diretor-Executivo da IFI.

² Diretor da IFI.

³ Analista da IFI.

⁴ Ver os Relatórios de Acompanhamento Fiscal (RAF) de dez/20 e jan/21, respectivamente, nestes links – https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580954/RAF47_DEZ2020.pdf https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/583296/RAF48_JAN2021.pdf.

⁵ Ver o RAF de set/20 aqui - https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/576808/RAF44_SET2020.pdf.

R\$ 13,5 bilhões cancelados nos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), R\$ 4 bilhões ficaram condicionados a lei ou medida provisória que redefina a concessão de auxílio doença.

A correção dos acréscimos, em desacordo com as projeções mais recentes do Poder Executivo, se deu pelas medidas adotadas nos últimos dias e que serão analisadas nos tópicos a seguir.

II – Dados fiscais consolidados após cortes e contingenciamentos orçamentários

A Tabela 1 traz os dados da Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Congresso (autógrafo) comparados aos do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), do Relatório Final da Comissão Mista de Orçamento (CMO), dos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) de março e de abril (extemporâneo) e do cenário base da IFI.

A principal alteração observada entre a coluna “Autógrafo” e “Relatório extemporâneo” é a redução de R\$ 29 bilhões nas despesas discricionárias. O relatório extemporâneo e o decreto de contingenciamento, combinados com os vetos realizados na LOA, produzem um ajuste que torna o quadro fiscal do governo compatível com a meta de resultado primário e o teto de gastos, na visão do Poder Executivo. Isso acontece mesmo na presença de despesas obrigatórias mais altas em relação ao autógrafo.

De acordo com o RARDP extemporâneo, o teto de gastos será cumprido. Os cortes e contingenciamentos realizados sobre o quadro da LOA aprovada pelo Congresso poderão garantir a concretização desse cenário. O teto de gastos, de acordo com as projeções atuais da IFI, tem risco moderado de ser rompido em 2021. Vale dizer, com a aprovação da LOA, a projeção de rompimento do teto passou a R\$ 31,9 bilhões, como discutido na Nota Técnica nº 46, de 29 de março de 2021⁶. Os ajustes ora apresentados parecem resolver o problema, mas contratam novos riscos, dados os cortes promovidos nas despesas discricionárias do Executivo.

TABELA 1. DADOS FISCAIS NAS VÁRIAS ETAPAS DO ORÇAMENTO, RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO BIMESTRAL E IFI (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2020		2021				
	Realizado	PLOA	Relatório Final antes da complementação de voto (CMO)*	Autógrafo	Relatório bimestral (mar/21)	Relatório extemporâneo + Decreto 10.686 + Veto (abr/21)	IFI – Cenário Base (fev/21)
Receita total	1.467,8	1.560,1	1.595,4	1.595,4	1.643,6	1.643,6	1.635,9
Transferências a E&M	263,8	276,9	293,9	293,3	298,6	298,6	302,6
Receita Líquida	1.203,9	1.283,2	1.301,5	1.302,1	1.345,0	1.345,0	1.333,3
Despesa Primária	1.947,0	1.516,8	1.516,8	1.516,8	1.571,3	1.631,1	1.580,4
Obrigatórias	1.838,8	1.420,7	1.403,7	1.377,7	1.475,2	1.521,0	1.476,1
Previdência	663,9	704,4	704,4	690,9	712,9	707,2	704,5
Pessoal	321,3	337,3	337,3	337,3	335,3	335,4	338,1
Abono e Seguro	59,6	58,9	58,9	48,9	61,0	51,5	61,2
BPC	62,7	66,1	66,1	66,1	67,1	67,1	66,9
Bolsa Família	19,1	34,9	34,3	34,3	34,9	34,9	34,9
Demais obrigatórias	712,3	219,1	202,5	200,0	264,0	325,0	270,5
Discricionárias (Executivo)	108,2	96,1	113,1	139,1	112,4	110,1	104,3
Resultado primário	-743,1	-233,6	-215,3	-214,7	-226,2	-286,0	-247,1

* A coluna “Relatório Final antes da complementação de voto (CMO)” foi construída com base em dados organizados pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, e refere-se ao relatório sem incorporação dos cancelamentos e acréscimos do complemento de voto.

Elaboração: IFI.⁷

⁶ NT nº 46 disponível aqui: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/pasta-notas-tecnicas/2021/marco/nota-tecnica-no-46-projecoes-finais-para-o-orcamento-federal-de-2021-mar-2020>.

⁷ Com dados do: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de março (https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:38084), Relatório final da CMO

Na Tabela 2, apresentam-se os dados realizados das despesas discricionárias e as suas aberturas, por RP (classificação orçamentária), bem como para o PLOA, o autógrafo e a LOA sancionada, incorporando ainda os bloqueios contidos no decreto de contingenciamento editado conjuntamente com o Orçamento (Decreto nº 10.686/2021).

As despesas discricionárias não decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas (RP 2) totalizam R\$ 74,6 bilhões, o menor patamar da série. Sob esse aspecto, o risco de “shutdwon” mostra-se elevado. Na verdade, uma série de políticas públicas já têm passado por redução dos seus orçamentos. Vale dizer, a paralisação não é binária, pode acontecer ao longo do tempo. O risco de que esse processo se acentue, em 2021, é elevado.

TABELA 2. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (R\$ BILHÕES)

Discricionárias por RP (identificador de resultado primário)	2016	2017	2018	2019	2020*	2021		
	Realizado					PLOA	Autógrafo	Após Decreto 10.686 e Veto (abr/21)
RP 2 Não decorrentes de emendas	95,6	83,6	97,2	130,9	476,3	112,4	91,7	74,6
RP 3 PAC	42,0	29,3	27,3	26,8	5,9	-	-	-
RP 6 Emendas individuais	4,9	4,5	7,9	7,4	9,3	-	9,7	9,7
RP 7 Emendas de bancada	-	0,8	2,2	2,7	5,1	-	7,3	7,3
RP 8 Emendas de comissão	-	-	-	-	0,3	-	1,4	-
RP 9 Emendas de relator-geral	-	-	-	-	7,0	-	29,0	18,6
Total	142,5	118,2	134,5	167,8	503,8	112,4	139,1	110,1

Notas:

1. Os R\$ 112,4 bilhões de demais discricionárias (RP 2) na coluna relativa ao PLOA inclui R\$ 16,3 bilhões a título de reserva de contingência primária para atendimento de emendas parlamentares.

2. Os valores para emendas de bancada (RP 7) e de comissão (RP 8) na coluna relativa ao autógrafo foram extraídos do Raio-X do Orçamento 2021, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

* Na versão publicada em 24 de abril de 2021, o valor de RP 2, em 2020, correspondia ao total de discricionárias em todos os poderes, e não apenas no Executivo.

Fontes: Siga Brasil (dados realizados de 2016 a 2020 e PLOA 2021), Relatório Final da CMO (dados relativos ao Autógrafo), Decreto 10.686/2021 e Mensagem do Presidente da República nº 156/2021 (vetos à LOA 2021).

III Detalhamento dos cortes e do contingenciamento

O Presidente da República realizou vetos e bloqueios de dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Conforme mencionado na seção anterior, a LOA aprovada embutia risco elevado de rompimento do teto de gastos, calculado pela IFI em R\$ 31,9 bilhões na NT 46⁸. Os vetos e o decreto de contingenciamento apontam uma contenção de R\$ 29,1 bilhões, valor próximo da necessidade indicada na NT de março.

Os vetos da LOA – Mensagem nº 156, de 22 de abril de 2021 – concentraram-se em despesas discricionárias do Poder Executivo (R\$ 7,84 bilhões), emendas de comissão (R\$ 1,44 bilhão) e emendas de relator-geral (R\$ 10,5 bilhões). Por sua vez, os contingenciamentos – Decreto nº 10.686/2021 – deram-se nas despesas discricionárias do Executivo (R\$ 9,3 bilhões). Ainda que os cortes representem valor bastante similar ao estimado pela IFI para o cumprimento do teto de gastos, em 2021, sua composição poderá levar a um risco elevado de “shutdown”, isto é, de prejuízo a políticas públicas essenciais, como já dito. Os dados apresentados nesta seção ajudam a compreender a dimensão desse problema.

(https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2021/rel_final/consolidado.pdf), Relatório das receitas da CMO (http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2021/par_receita/01_Rel_Receita.pdf), Complemento de voto do relator do PLOA 2021 (http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2021/rel_final/complementacao.pdf) e Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro (<https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2021/fevereiro-1/raf-relatorio-de-acompanhamento-fiscal-fev-2021>).

⁸ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/586456/NT46.pdf>.

III.1 Visão geral dos cortes e do contingenciamento

Na Tabela 3, estão listadas das despesas discricionárias e emendas aprovadas pelo Congresso Nacional, os vetos em cada classificação de despesa e os bloqueios de dotações⁹.

Ao todo, foram vetados R\$ 19,8 bilhões em despesas primárias, principalmente no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (R\$ 8,7 bilhões; 50,9% do orçamento aprovado para a pasta), do Ministério da Infraestrutura (R\$ 2,8 bilhões; 27,6% do orçamento aprovado para a pasta) e do Ministério da Saúde (R\$ 2,2 bilhões; 8,7% do orçamento aprovado para a pasta).

As despesas primárias discricionárias não decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas (RP 2) foram vetadas em R\$ 7,8 bilhões. Os maiores cortes ocorreram nos Ministérios do Desenvolvimento Regional (R\$ 2,7 bilhões), da Defesa (R\$ 1,6 bilhão) e da Infraestrutura (R\$ 1,3 bilhão). No âmbito das emendas de relator-geral (RP 9), foram vetados R\$ 10,5 bilhões. O maior corte foi de R\$ 5,5 bilhões no Ministério do Desenvolvimento Regional (32,4% do orçamento aprovado para o Ministério). Dessa forma, considerando apenas os vetos (sem os bloqueios do decreto de contingenciamento), houve uma diminuição de 14,5% no orçamento das despesas discricionárias, emendas de comissão e de relator-geral.

No que diz respeito aos bloqueios de dotações determinados pelo Decreto nº 10.686/2021, o corte total foi de R\$ 9,3 bilhões nas despesas discricionárias não decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas (RP 2). O maior bloqueio de dotações ocorreu no Ministério da Educação, com R\$ 2,7 bilhões (19,7% das despesas aprovadas). O segundo maior bloqueio ocorreu no Ministério da Economia, com R\$ 1,4 bilhão (23,2% das despesas aprovadas), seguido pelo Ministério da Defesa, com R\$ 1,4 bilhão (11,7% das despesas aprovadas). Considerando-se apenas os bloqueios, houve uma queda de 7% nas despesas.

Dessa forma, a soma de vetos e de bloqueios totalizou R\$ 29,1 bilhões, o equivalente a 22% do orçamento aprovado para as despesas discricionárias.

⁹ Considera-se as despesas classificadas em RP 2 (despesas primárias discricionárias); RP 8 (emendas de bancada impositivas) e RP 9 (emendas de relator-geral). Note que as despesas bloqueadas são todas classificadas como RP 2 (despesas primárias discricionárias), estando discriminadas por conta de serem outra classificação.

TABELA 3. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E EMENDAS VETADAS E BLOQUEADAS POR ÓRGÃO SUPERIOR - EM R\$ MILHÕES

Órgão	LOA 2021 aprovada*	Discricionárias vetadas	Emendas de comissão vetadas	Emendas de relator-geral vetadas	Bloqueios	LOA 2021 após vetos e bloqueios	% da LOA aprovada
Ministério da Saúde	25.601,9	836,8	325,0	1.066,5	40,5	23.333,0	91,1%
Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	18.200,5	0,0	0,0	0,0	0,0	18.200,5	100,0%
Ministério da Educação	13.852,3	755,3	216,4	215,0	2.728,6	9.937,0	71,7%
Ministério da Defesa	11.614,5	1.583,5	153,5	105,0	1.364,4	8.408,2	72,4%
Ministério do Desenvolvimento Regional	16.995,8	2.661,8	476,0	5.509,2	855,0	7.493,8	44,1%
Poder Judiciário	6.858,8	0,0	0,0	0,0	0,0	6.858,8	100,0%
Ministério da Infraestrutura	10.083,8	1.298,2	87,4	1.401,5	841,3	6.455,5	64,0%
Ministério da Economia	6.055,5	85,3	2,0	22,3	1.406,4	4.539,4	75,0%
Ministério da Cidadania	3.662,7	135,0	42,9	273,0	322,1	2.889,7	78,9%
Encargos Financeiros da União	2.394,2	0,9	1,0	0,0	0,0	2.392,3	99,9%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.137,3	102,8	29,1	743,6	283,2	1.978,6	63,1%
Poder Legislativo	1.803,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1.803,6	100,0%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.324,2	223,1	39,1	325,0	264,0	1.473,1	63,4%
Ministério das Comunicações	1.712,6	16,5	0,0	39,0	228,7	1.428,4	83,4%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	1.769,2	28,0	4,5	259,0	372,3	1.105,4	62,5%
Operações Oficiais de Crédito	1.085,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1.085,2	100,0%
Ministério Público da União	1.071,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1.071,6	100,0%
Ministério de Minas e Energia	883,8	18,4	0,0	0,0	141,2	724,3	81,9%
Ministério das Relações Exteriores	777,8	1,2	0,2	0,0	225,4	551,1	70,9%
Ministério do Meio Ambiente	677,6	14,5	13,7	211,6	0,0	437,7	64,6%
Ministério do Turismo	716,1	53,0	42,4	317,0	88,1	215,7	30,1%
Presidência da República	239,8	0,1	0,0	0,0	56,1	183,6	76,6%
Advocacia-Geral da União	224,3	0,0	0,0	0,0	64,2	160,2	71,4%
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	145,3	24,2	7,7	0,0	0,0	113,4	78,0%
Defensoria Pública da União	63,1	0,0	0,0	0,0	0,0	63,1	100,0%
Controladoria-Geral da União	49,5	0,0	0,1	0,0	3,2	46,2	93,4%
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	15,1	0,0	0,0	0,0	0,0	15,1	100,0%
Gabinete da Vice-Presidência da República	2,9					2,0	68,0%
Total	132.019,4	7.838,8	1.441,1	10.487,8	9.285,4	102.966,4	78,0%

Fonte: Siga Brasil, Mensagem de Veto da Lei nº 14.143/2021 e Decreto 10.686/2021. Elaboração: IFI.

* Desconsidera a ação 00SC - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE NOVA ESTATAL CONTROLADORA DE ITAIPU BINACIONAL E A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

III.2 Emendas de relator-geral

O valor aprovado pelo Congresso Nacional em emendas de relator-geral foi de R\$ 29 bilhões. Conforme ressaltado na seção anterior, o total dos cortes em emendas de relator-geral foi de R\$ 10,5 bilhões¹⁰.

A composição dessas despesas indica que o Ministério do Desenvolvimento Regional foi o que sofreu os maiores cortes. Conforme a Tabela 4, o Ministério recebeu R\$ 11,6 bilhões na aprovação da LOA. Os vetos foram de R\$ 5,5 bilhões (47,7% do aprovado). Mesmo com esse volume de cortes, o Ministério ainda apresenta o segundo maior valor em emendas de relator-geral (R\$ 6 bilhões). O primeiro órgão com maior número de emendas passou a ser o Ministério da Saúde, após os cortes, com R\$ 7,8 bilhões. O veto total na Saúde foi de R\$ 1,1 bilhão (12% do aprovado).

Foram vetadas todas as emendas de cinco ministérios: Justiça e Segurança Pública, Infraestrutura, Comunicações, Meio Ambiente e Turismo. Juntos, estes vetos somam R\$ 2,3 bilhões (21,2% do total de vetos). Assim, o total de emendas de relator-geral após sanção ficou em R\$ 18,5 bilhões.

TABELA 4. EMENDAS DE RELATOR-GERAL APROVADAS E VETADAS POR ÓRGÃO SUPERIOR - EM R\$ MILHÕES

Órgão	LOA 2021 aprovada	Emendas de relator vetadas	Total Geral
Ministério da Saúde	8.892,17	1.066,55	7.825,62
Ministério do Desenvolvimento Regional	11.552,89	5.509,20	6.043,68
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.421,64	743,60	1.678,04
Ministério da Cidadania	1.375,50	273,00	1.102,50
Ministério da Educação	1.240,00	215,00	1.025,00
Ministério da Defesa	605,00	105,00	500,00
Ministério da Economia	372,30	22,30	350,00
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	264,00	259,00	5,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	325,00	325,00	0,00
Ministério da Infraestrutura	1.401,53	1.401,53	0,00
Ministério das Comunicações	39,00	39,00	0,00
Ministério do Meio Ambiente	211,61	211,61	0,00
Ministério do Turismo	317,00	317,00	0,00
Total Geral	29.017,64	10.487,80	18.529,84

Fonte: Siga Brasil, Mensagem de Veto da Lei nº 14.143/2021. Elaboração: IFI.

Nota: as despesas de relator-geral possuem o identificador de resultado primário RP 9.

III.3 Composição dos cortes na administração pública

A composição dos gastos discricionários nos anos de 2016 a 2020 pode ser observada na Tabela 5. A razão para a dotação de 2020 dar um salto se deve aos créditos extraordinários abertos no bojo da pandemia da Covid-19. O valor da dotação sancionada para 2021 é menor do que o valor pago em despesas em 2017.

Note que mesmo a LOA aprovada já previa um volume de despesas discricionárias abaixo do volume pago em 2018. Com os vetos e os bloqueios, o total de despesas discricionárias (sem incluir as emendas) ficou em R\$ 84,4 bilhões, menor que o volume de 2018 (R\$ 91,6 bilhões). É possível ver um detalhamento destas despesas por unidades orçamentárias na Tabela 6 (anexo).

TABELA 5. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS EXECUTADAS DE 2016 A 2020 E DOTAÇÕES PARA 2021 – EM R\$ MILHÕES

Órgãos	Despesas pagas (inclui restos a pagar)					LOA 2021			
	2016	2017	2018	2019	2020*	PLOA 2021 original	PLOA 2021 aprovado	Veto + bloqueio	PLOA 2021 sancionado
Poder Executivo**	95.621	83.617	97.201	130.949	476.302	112.450	91.764	17.124	74.639
Advocacia-Geral Da União	435	417	417	397	358	235	224	64	160
Controladoria-Geral Da União	92	78	88	92	90	53	49	3	46
Gabinete Da Vice-Presidência Da República	3	0	0	7	0	3	3	1	2
Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento	1.957	1.369	1.485	2.155	2.593	661	687	386	301
Ministério Da Cidadania	3.900	5.621	4.858	5.044	298.307	2.259	2.244	457	1.787
Ministério Da Ciência, Tecnologia e Inovações	5.435	4.134	4.191	3.575	3.873	1.546	1.501	400	1.100
Ministério Da Cultura	667	567	575	0	0	0	0	0	0
Ministério Da Defesa	7.858	7.324	10.059	14.167	11.229	11.288	10.856	2.948	7.908
Ministério Da Economia	0	0	0	8.153	7.351	5.890	5.681	1.492	4.189
Ministério Da Educação	24.597	22.474	23.294	19.924	17.388	12.732	12.396	3.484	8.912
Ministério Da Fazenda	3.728	3.558	4.186	0	0	0	0	0	0
Ministério Da Indústria, Comércio Exterior E Serviços	955	859	783	0	0	0	0	0	0
Ministério Da Infraestrutura	0	0	0	1.154	5.478	8.945	8.595	2.139	6.455
Ministério Da Integração Nacional	1.856	1.976	1.771	0	0	0	0	0	0
Ministério Da Justiça e Segurança Pública	4.511	3.526	2.552	2.914	2.312	1.954	1.960	487	1.473
Ministério Da Mulher, Da Família E Dos Direitos Humanos	0	0	0	226	312	127	138	24	113
Ministério Da Pesca E Aquicultura	30	6	1	2	3	0	0	0	0
Ministério Da Previdência Social	337	4	1	0	0	0	0	0	0
Ministério Da Saúde	15.324	19.149	22.305	22.540	52.280	23.574	16.385	877	15.507
Ministério Das Cidades	1.120	807	822	0	0	0	0	0	0
Ministério Das Comunicações	259	48	14	3	0	1.679	1.674	245	1.428
Ministério Das Mulheres, Da Igualdade Racial E Dos Direitos Humanos	144	71	9	2	0	0	0	0	0
Ministério Das Relações Exteriores	1.291	1.385	1.561	1.611	1.865	815	778	227	551
Ministério De Minas E Energia	3.451	435	5.378	37.568	1.396	885	884	160	724
Ministério Do Desenvolvimento Agrário	1.519	404	54	44	4	0	0	0	0
Ministério Do Desenvolvimento Regional	0	0	0	2.345	6.606	5.007	4.967	3.517	1.450
Ministério Do Esporte	765	486	558	0	0	0	0	0	0
Ministério Do Meio Ambiente	816	724	715	686	669	457	452	15	438
Ministério Do Planejamento, Desenvolvimento E Gestão	739	1.095	1.102	0	0	0	0	0	0
Ministério Do Trabalho	0	731	621	0	0	0	0	0	0

Ministério Do Trabalho E Emprego	197	37	25	3	0	0	0	0	0
Ministério Do Trabalho E Previdência Social	2.425	0	0	0	0	0	0	0	0
Ministério Do Turismo	375	428	400	411	1.032	381	357	141	216
Ministério Dos Direitos Humanos	0	0	220	0	0	0	0	0	0
Ministério Dos Transportes	566	0	0	0	0	0	0	0	0
Ministério Dos Transportes, Portos E Aviação Civil	0	761	838	0	0	0	0	0	0
Outros Encargos	8.252	3.703	6.506	6.249	62.418	33.709	21.694	1	21.693
Presidência Da República	915	1.287	1.791	1.678	738	252	240	56	184
Secretaria Da Micro E Pequena Empresa	12	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretaria De Assuntos Estratégicos	13	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretaria De Aviação Civil	780	130	0	0	0	0	0	0	0
Secretaria De Direitos Humanos	68	10	22	0	0	0	0	0	0
Secretaria De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Secretaria De Políticas Para As Mulheres	40	5	0	0	0	0	0	0	0
Secretaria De Portos	177	6	0	0	0	0	0	0	0
Ministério Público	1.217	1.116	1.062	768	853	1.072	1.072	0	1.072
Defensoria Pública	0	0	0	0	0	4	63	0	63
Poder Judiciário	5.851	5.780	6.054	5.296	4.289	6.859	6.859	0	6.859
Poder Legislativo	1.322	1.121	1.156	1.133	1.023	1.804	1.804	0	1.804
Total Geral	104.011	91.634	105.472	138.146	482.467	122.188	101.561	17.124	84.437

* Considera créditos extraordinárias.

** Desconsidera a ação 00SC - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE NOVA ESTATAL CONTROLADORA DE ITAIPU BINACIONAL E A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

NOTA: na versão publicada em 24 de abril de 2021, esta tabela não continha os restos a pagar pagos e era apresentada a preços constantes de mar/2021.

Fonte: Siga Brasil (despesa executada de 2016 a 2020 e PLOA 2021 original e aprovado), Mensagem de Veto da Lei nº 14.143/2021 e Decreto 10.686/2021. Elaboração: IFI.

IV – Anexo

TABELA 6: DESPESAS DISCRICIONÁRIAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – EM R\$ MILHÕES¹¹

Órgão	PLoa 2021 original	PLoa 2021 aprovado	LOA 2021 vetos	LOA 2021 sancionada
Poder Executivo*	112.450,0	91.763,5	7.838,8	83.924,8
Advocacia-Geral da União	235,0	224,3	0,0	224,3
Ministério da Educação	12.732,1	12.396,0	755,3	11.640,6
Fundos	4.004,8	3.944,2	405,3	3.538,9
Empresas	822,5	837,6	67,8	769,8
Ministério da Educação - Administração Direta	1.264,3	1.165,6	148,7	1.016,9
Outros órgãos do MEC	223,0	216,0	1,3	214,7
Universidades Federais	2.772,5	2.671,4	104,5	2.566,9
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	935,5	917,4	1,5	915,9
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	1.858,2	1.832,3	3,0	1.829,2
Institutos Federais	851,2	811,4	23,3	788,1
Ministério da Economia	5.889,5	5.681,1	85,3	5.595,8
Fundos	221,1	221,1	0,4	220,7
Empresas	148,3	148,3	0,0	148,3
Ministério da Economia - Administração Direta	953,1	900,8	58,1	842,6
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	1.721,1	1.721,1	0,6	1.720,5
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	363,1	363,1	1,2	361,9
Banco Central do Brasil	208,2	189,0	5,9	183,2
Comissão de Valores Mobiliários	31,3	31,3	0,1	31,2
Superintendência Nacional de Previdência Complementar	14,3	14,3	0,0	14,3
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	169,0	169,0	0,0	169,0
Superintendência de Seguros Privados	20,2	20,2	0,3	19,9
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB	35,0	35,0	0,0	35,0
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	370,1	370,1	0,0	370,1
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	67,2	67,2	0,0	67,2
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	59,1	59,1	0,1	59,1
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	10,4	9,7	0,3	9,4
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	27,5	25,7	0,0	25,7
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	273,1	140,1	18,1	122,0
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	20,9	19,5	0,1	19,4
Instituto Nacional do Seguro Social	1.176,3	1.176,3	0,2	1.176,1
Outros encargos	33.708,9	21.694,0	0,9	21.693,0
Fundos	3.547,7	3.503,8	0,0	3.503,8
Empresas	431,5	431,5	0,0	431,5
Universidades Federais	2.592,4	2.592,4	0,0	2.592,4
Institutos Federais	1.043,9	1.043,9	0,0	1.043,9
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	1.398,3	1.314,4	0,9	1.313,5
Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	106,7	100,3	0,0	100,3
Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	16,0	15,1	0,0	15,1
Reserva de Contingência	9.054,6	0,0	0,0	0,0
Outros	15.517,7	12.692,5	0,0	12.692,5
Controladoria-Geral da União	52,5	49,4	0,0	49,4

¹¹ Identificador de resultado primário RP 2.

Órgão	PLOA 2021 original	PLOA 2021 aprovado	LOA 2021 vetos	LOA 2021 sancionada
Gabinete da Vice-Presidência da República	3,1	2,9	0,0	2,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	660,9	686,6	102,8	583,7
Fundos	6,6	6,6	0,6	6,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	315,9	332,2	50,0	282,2
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	10,9	10,8	1,3	9,4
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	208,9	216,3	44,9	171,4
Empresas	118,5	120,6	6,0	114,6
Ministério da Cidadania	2.258,7	2.244,3	135,0	2.109,3
Fundos	1.085,5	1.087,1	3,3	1.083,8
Ministério da Cidadania - Administração Direta	1.173,2	1.157,2	131,7	1.025,5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	1.545,5	1.500,7	28,0	1.472,7
Fundos	510,1	510,1	0,0	510,1
Empresas	13,4	12,6	0,0	12,6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta	361,9	350,4	24,2	326,3
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	428,1	403,4	0,0	403,4
Comissão Nacional de Energia Nuclear	149,7	146,8	2,6	144,2
Agência Espacial Brasileira	82,3	77,4	1,2	76,2
Ministério da Defesa	11.287,6	10.856,1	1.583,5	9.272,5
Fundos	1.656,0	1.628,9	10,8	1.618,2
Empresas	1.643,2	1.643,2	0,0	1.643,2
Ministério da Defesa - Administração Direta	631,1	607,6	178,6	428,9
Comando da Aeronáutica	2.677,2	2.502,0	285,4	2.216,7
Comando do Exército	2.240,1	2.072,6	457,4	1.615,1
Outros órgãos da Defesa	2.439,9	2.401,8	651,3	1.750,4
Ministério da Infraestrutura	8.944,9	8.594,9	1.298,2	7.296,7
Fundos	234,4	256,4	36,1	220,4
Empresas	1.802,8	1.700,8	49,4	1.651,3
Ministério da Infraestrutura - Administração Direta	206,6	203,1	27,2	175,9
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	318,2	318,2	0,2	318,0
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	39,8	39,8	0,0	39,8
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	6.218,3	5.951,8	1.181,5	4.770,3
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	124,7	124,7	3,7	121,0
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.953,6	1.960,1	223,1	1.737,0
Fundos	163,3	163,2	77,9	85,3
Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	78,4	114,6	42,4	72,2
Arquivo Nacional	15,4	14,5	0,0	14,5
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	770,0	770,3	28,3	742,0
Departamento de Polícia Federal	804,5	780,7	66,6	714,1
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	79,5	74,8	4,4	70,5
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade	42,5	42,1	3,7	38,4
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	127,4	137,6	24,2	113,4
Fundos	7,3	7,3	0,4	6,9
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	120,1	130,3	23,8	106,6
Ministério da Saúde	23.573,9	16.384,7	836,8	15.547,9
Fundos	21.043,9	13.974,0	701,1	13.272,9
Empresas	516,4	516,4	1,0	515,4
Fundação Oswaldo Cruz	1.139,8	1.140,2	20,5	1.119,7
Fundação Nacional de Saúde	567,5	447,8	113,7	334,1
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	195,6	195,6	0,0	195,6
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	110,8	110,8	0,5	110,3

Órgão	PLOA 2021 original	PLOA 2021 aprovado	LOA 2021 vetos	LOA 2021 sancionada
Ministério das Comunicações	1.678,7	1.673,6	16,5	1.657,1
Fundos	13,7	13,7	0,3	13,3
Empresas	1.244,6	1.239,6	0,0	1.239,6
Ministério das Comunicações - Administração Direta	228,8	228,8	15,5	213,3
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	191,6	191,6	0,6	191,0
Ministério das Relações Exteriores	815,3	777,6	1,2	776,5
Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	813,0	775,5	1,1	774,5
Fundação Alexandre de Gusmão	2,3	2,1	0,1	2,0
Ministério de Minas e Energia	884,5	883,8	18,4	865,4
Empresas	427,5	424,6	6,4	418,1
Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	113,6	112,9	8,5	104,4
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	142,3	142,3	0,5	141,8
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	132,2	132,2	0,0	132,2
Agência Nacional de Mineração - ANM	68,9	71,8	2,9	68,9
Ministério do Desenvolvimento Regional	5.007,1	4.966,9	2.661,8	2.305,1
Fundos	13,7	63,7	51,5	12,2
Empresas	511,3	716,6	293,1	423,5
Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	4.120,0	3.721,8	2.179,5	1.542,3
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	12,5	33,4	26,9	6,4
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	11,4	15,0	5,2	9,8
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	124,8	189,7	83,6	106,1
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	16,5	30,1	21,7	8,4
Agência Nacional de Águas - ANA	196,7	196,7	0,2	196,5
Ministério do Meio Ambiente	457,5	452,3	14,5	437,7
Fundos	8,4	8,4	7,6	0,8
Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	39,5	38,2	3,9	34,2
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	261,0	261,0	0,3	260,7
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	17,3	16,6	1,7	14,9
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	131,2	128,1	1,0	127,1
Ministério do Turismo	381,2	356,7	53,0	303,7
Fundos	38,5	38,5	11,1	27,4
Ministério do Turismo - Administração Direta	144,7	138,7	37,4	101,3
Fundação Casa de Rui Barbosa	3,6	3,3	0,1	3,3
Fundação Biblioteca Nacional - BN	17,9	16,8	0,1	16,7
Fundação Cultural Palmares	6,0	5,5	0,4	5,1
Fundação Nacional de Artes	30,0	28,0	0,7	27,3
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	77,9	67,4	2,1	65,3
Agência Nacional do Cinema - ANCINE	22,8	20,9	0,0	20,9
Instituto Brasileiro de Museus	39,9	37,4	1,1	36,4
Presidência da República	252,0	239,8	0,1	239,7
Fundos	47,0	47,0	0,0	47,0
Presidência da República	130,4	122,6	0,1	122,5
Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	58,5	55,0	0,0	55,0
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	16,1	15,2	0,0	15,2
Poder Judiciário	6.858,8	6.858,8	0,0	6.858,8
Fundos	732,1	732,1	0,0	732,1
Tribunais	5.990,0	5.990,0	0,0	5.990,0
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	10,0	10,0	0,0	10,0
Justiça da Infância e da Juventude	12,6	12,6	0,0	12,6
Conselho Nacional de Justiça	114,1	114,1	0,0	114,1
Poder Legislativo	1.803,6	1.803,6	0,0	1.803,6
Câmara dos Deputados	915,7	915,7	0,0	915,7

Órgão	PLOA 2021 original	PLOA 2021 aprovado	LOA 2021 vetos	LOA 2021 sancionada
Fundos	34,6	34,6	0,0	34,6
Senado Federal	569,3	569,3	0,0	569,3
Tribunal de Contas da União	284,0	284,0	0,0	284,0
Ministério Público da União	1.071,6	1.071,6	0,0	1.071,6
Ministério Público Federal	587,3	587,3	0,0	587,3
Ministério Público Militar	34,5	34,5	0,0	34,5
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	93,8	93,8	0,0	93,8
Ministério Público do Trabalho	304,0	304,0	0,0	304,0
Escola Superior do Ministério Público da União	17,3	17,3	0,0	17,3
Conselho Nacional do Ministério Público	34,7	34,7	0,0	34,7
Defensoria Pública da União	3,6	63,1	0,0	63,1
Total Geral	122.187,7	101.560,7	7.838,8	93.722,0

Fonte: Siga Brasil e Lei nº 14.143/2021. Elaboração: IFI.

* Desconsidera a ação 00SC - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE NOVA ESTATAL CONTROLADORA DE ITAIPU BINACIONAL E A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.



 /INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE

 @IFIBrasil

 @ifibrasil

 /company/instituição-fiscal-independente

 /instituiçãoofiscalindependente

 github.com/ifibrasil

ifi@senado.leg.br / (61) 3303-2875